



nº 6

ISSN: 1678-0655

Notas de Leitura sobre o Antigo Dualismo Teoria-Prática

Silas Borges Monteiro

Resumo: Este texto põe em questão o debate que trata os conceitos teoria e prática como inscritos dualisticamente. Procura argumentar que tal distinção pode ser dissolvida se os conceitos forem olhados a partir do campo conceitual original onde foram fecundados, principalmente no saber médico antigo. Ao fazer o desdobramento destes argumentos para as Ciências Humanas, sugere que estas, ao contrário do senso comum da academia, podem ser arroladas como pesquisas teóricas, pois obter dados de entrevistas ou informações quantitativas não garante o caráter experimental das pesquisas denominadas por empíricas.

Palavras-chave: pesquisa em educação; relação teoria prática.

Abstract: This article has a question in debate: is both concepts of theory and practice are registered dualistically? Seek to argue that this distinction may be dissolved if the concepts are observed from the original field where they were fertilized, especially in ancient medical knowledge. By making the unfolding of these arguments for the Humanities, suggests that these, unlike the common sense of the academy, may be enrolled as theoretical research, after the all getting data from interviews or quantitative information do not guarantee a called empirical research.

Keywords: educational research, theory practice relationship.





INTRODUÇÃO

Investigadores e experimentadores. – Não existe um método da ciência que seja o único a levar ao saber! (...) Como todos os conquistadores, descobridores, navegantes, aventureiros, nós, investigadores, somos de uma moralidade temerária, e temos que admitir ser considerados maus no conjunto. (Nietzsche, *Aurora*, § 432).

Permito-me iniciar estas notas com uma indagação, que o título deste ensaio suscita: seria a antiga oposição entre teoria e prática a raiz das distinções entre pesquisa teórica e pesquisa empírica? Também me permito propor, provisoriamente como resposta, uma afirmação geral e um tanto dogmática: o ocidente produziu o pensamento dualista desde seu berço, não obstante este termo *dualismo* tenha nascido apenas no século XVIII. Com essa asserção, quero dizer que nossa cultura construiu um tipo de raciocínio que cria figuras duais irreduzíveis uma à outra. As mais comuns parecem ser “corpo e alma”, “pensamento e mente”, “pensar e agir”, ou, de modo mais radical, o dualismo entre “as ciências de raciocínio” e “as ciências de observação”, feito por Edmond Goblot (1858-1935) em sua tese de 1898, intitulada *Essai sur la classification des sciences*. Anotem-se outros dualismos: “a razão e a experiência, o ideal e o real, o possível e o ser, o direito e o fato, o espírito e a matéria” (Lalande, *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*, verbete “dualismo”). Apesar de o termo dualismo ter sido empregado pela primeira vez em 1700¹, em um contexto de debate acerca das religiões que admitem a coexistência eterna e belicosa entre um princípio do mal e um princípio do bem, não é exagerado pensar que esta concepção é filha tardia da metafísica platônica que distingue *ideia* de *coisa*.

Não é sem inquietação que observo o modo como as chamadas pesquisas empíricas e teóricas são tratadas. Um autor que comparece com

1 Lalande anota como precursor do termo a obra de Thomas Hyde, *Historia religionis veterum Persarum*.





certa frequência na literatura sobre pesquisa é Pedro Demo. Em seu entender, a *pesquisa teórica* é aquela “dedicada a reconstruir teorias, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos” (DEMO, 2000, p. 20). Além do mais, “o conhecimento teórico adequado acarreta rigor conceitual, análise acurada, desempenho lógico, argumentação diversificada, capacidade explicativa” (DEMO, 1994, p. 36). Quanto à *pesquisa empírica*, segundo este autor, é aquela dedicada ao tratamento da “face empírica e fatual da realidade; produz e analisa dados, procedendo sempre pela via do controle empírico e fatual” (DEMO, 2000, p. 21). A valorização desse tipo de pesquisa se dá pela “possibilidade que oferece de maior concretude às argumentações, por mais tênue que possa ser a base fatual. O significado dos dados empíricos depende do referencial teórico, mas estes dados agregam impacto pertinente, sobretudo no sentido de facilitarem a aproximação prática” (DEMO, 1994, p. 37).

Trilhando caminho aberto por autores como Goblott, Pedro Demo faz coro ao senso comum da investigação acadêmica, notadamente nas Ciências Humanas, de que as investigações que decorrem de puro raciocínio, chamadas teóricas – talvez da matemática, física avançada, filosofia e outras – têm como característica a busca e/ou aprimoramento das teorias e seus fundamentos. Esse é um modo de dizer que a pesquisa teórica é especulação, pois se trata de investigação reflexiva, de natureza exploratória, sem apoio de evidência sólida nos chamados dados da realidade. É elogioso o que dela se diz. Mas não é o suficiente para tirá-la do mundo dos espelhos, da virtualidade.

As chamadas investigações empíricas são factuais, pois pretendem controlar o comportamento dos objetos em condições bem estabelecidas. Sugere Demo que este segundo tipo de pesquisa oferece maior concretude às argumentações, apesar de não negar que a compreensão destes dados dependerá do referencial teórico considerado. Auguste Comte é seu patrono. Por sua influência, Émile Meyerson usa o termo em 1907. Antes dele, por outros determinantes, Bertrand Russell, em 1897, escreve-a como sinônimo de Teoria do Conhecimento. Pode-se entender *epistemologia* como *filosofia da ciência*, isto é, como confronto de ideias acerca da investigação científica. Isso poderia nos levar a pensar que os debates teóricos apontam direções para as investigações empíricas. Assim, teríamos de admitir que





primeiro vem a teoria, depois a prática. Mas não é isso que angaria adeptos em nossos dias. Nos manuais de Metodologia da Pesquisa há insistência em dizer, por influência do materialismo dialético, que teoria modifica a prática ao mesmo tempo em que esta é modificada pela teoria. Logo, a pesquisa dialética pretende romper com esse dualismo entre pesquisa teórica e prática. Contudo, é possível que mesmo os dialéticos identifiquem determinadas pesquisas como teóricas e outras como empíricas. As primeiras poderão ser designadas por idealistas, as segundas por pragmáticas. Mantém-se a distinção entre pesquisa teórica e pesquisa empírica.

Nota-se em Demo certo pendor de apreço pela pesquisa empírica. Na compreensão do autor, essa modalidade de pesquisa trata a realidade, algo que a teórica não faz, pois lida só com ideias.

Creio que é preciso pôr o dedo neste debate.

Parece que o ocidente nasce com este dilema. Os registros mais antigos da literatura, que remontam a Homero e Hesíodo, assinalam duas perspectivas acerca do mundo. Para Homero, a virtude, por exemplo, era dádiva dos deuses, concedida por vontade divina. Para Hesíodo, o sentido da vida é conquistado por trabalho e empenho. Isso nos dá a ideia de que Homero valoriza o tipo natural, inato, interior de virtude, algo como teórico. Hesíodo seria um prático. Essa tensão entre teoria e prática, assim como o valor supremo de uma a despeito da outra, tomou a pena de diversos pensadores.

Talvez devamos considerar a observação do helenista Bruno Snell, quando afirma que

uma autêntica tensão entre teoria e prática é, sem dúvida, fecunda para o pensamento. A prevalência da teoria promove, porém, a pesquisa científica, mas ameaça arrancá-la de seu contexto vital. O predomínio da prática, ao contrário, conduz a um dogmatismo no qual se petrifica a pesquisa viva e livre. (SNELL, 2001, p. 318).

Parece ser ponderação do bom-senso. Mas não resolve a questão aqui posta, de entender as distinções e as aproximações. Logo, não soluciona o problema do dualismo entre teoria e prática. Esse debate, influenciado pela História da Medicina e dos médicos empíricos, chegou a Francis





Bacon em seu *Novum Organum* (Livro I, XCV), publicado em 1620, com a seguinte conformação:

Os que se dedicaram às ciências foram ou empíricos ou dogmáticos. Os empíricos, maneira das formigas, acumulam e usam as provisões; os racionalistas, à maneira das aranhas, de si mesmos extraem o que lhes serve para a teia. A abelha representa a posição intermediária: recolhe a matéria- prima das flores do jardim e do campo e, com seus próprios recursos, a transforma e digere. Não é diferente o labor da verdadeira filosofia, que senão serve unicamente das forças da mente, nem tão pouco se limita ao material fornecido pela história natural ou pelas artes mecânicas, conservado intato na memória. Mas ele deve ser modificado, elaborado pelo intelecto. Por isso se deve esperar da aliança estreita e sólida (ainda não e levada a cabo) entre essas duas faculdades, a experimental e a racional. (BACON, 1973, p. 69).

Bacon retoma as figuras históricas dos médicos empíricos, também chamados dogmáticos, ou racionalistas, como se fossem elementos extremos e irreconciliáveis de posturas. Os empíricos, como aqueles que encontram seu sentido tão somente no acúmulo de dados, ou como se o amontoamento dos dados fosse o principal sentido da ciência. Por outro lado, os racionalistas constroem sua rede de relações a partir de suas ideias internas. Adotando o caminho do meio, Bacon propõe a conjunção, para a construção da ciência, do componente experimental e teórico, relacionando teoria com prática.

Leibniz, outro exemplo deste debate, mas de orientação conceitual oposta à de Bacon, dá a seguinte solução ao problema, em um escrito de 1721:

Os homens procedem como os irracionais, quando as consecuições de suas percepções apenas se executam devido ao princípio de memória, assemelhando-se a médicos empíricos que só possuem a prática sem a teoria. (...) procede-se como empirista quando se espera que haja dia amanhã pelo fato de sempre, até hoje, ter sido assim. Mas o conhecimento das verdades necessárias e eternas, elevando-nos ao conhecimento de nós próprios e de Deus, é o que nos distingue dos simples animais e nos permite alcançar a *Razão*





e as ciências. É isso o que em nós se denomina Alma racional, ou *Esprito*. (LEIBNIZ, 1979, 28 e 29).

Para Leibniz, são os médicos empíricos do século II que melhor representam a irracionalidade na investigação científica, pois se dedicam à prática sem dar valor à teoria. O empirista é aquele que raciocina exclusivamente por indução, mantendo-se em um nível abaixo da excelência da pesquisa racional, cujo produto é a verdade necessária e eterna. O uso da razão é que distingue nosso comportamento cognitivo do dos animais.

Immanuel Kant, em um ensaio de 1793,² escreve:

Denomina-se *teoria* um conjunto de regras práticas, sempre que tais regras sejam pensadas como princípios, com certa universalidade, e, portanto, sempre que hajam sido abstraídas da diversidade de condições que ocorrem necessariamente em sua aplicação. Pelo contrário, não se chama *prática* a qualquer manipulação, senão apenas àquela realização de um fim que seja pensada como o cumprimento de certos princípios representados com universalidade. (KANT, 1993, p. 3).

Sua solução ao problema é de que teoria é regra universal de ação, sendo a prática a efetividade de princípios universais. Em resumo, quando a teoria não dirige a prática, há vaga de teoria; prática sem teoria é ação cega.

Estas soluções históricas de Bacon, Leibniz e Kant se aproximam por caminhos diferentes. Indicam quanto é desfavorável orientar-se apenas pela decisão de uma das faces do pensamento humano, teórico ou prático, empírico ou racional. Quando há predominância de um, a ciência claudica, pois se apoia em apenas uma de suas pernas.

Entendo, portanto, que aqui está apresentada uma típica solução que podemos dar ao problema da relação entre teoria e prática. Elas estão relacionadas em razão de um fim comum, a produção do conhecimento verdadeiro. Uma sem a outra tornará frágil o estabelecimento de um saber confiável.

2. “Em torno ao tópico: ‘talvez isso seja correto em teoria, porém não serve para a prática’”.





O TEÓRICO, O EMPÍRICO E SEUS LIMITES

Para encaminhar este debate, é talvez proveitoso começar pela compreensão de seus termos centrais: teórico e empírico. Do ponto de vista lógico, uma investigação teórica se vale do raciocínio hipotético-dedutivo; a pesquisa empírica se vale do raciocínio indutivo.

Lalande nos informa que houve, nos séculos II e III da era cristã, uma escola de médicos chamada *empeirikoi*,³ em oposição a outros chamados de *logikoi*;⁴ é provavelmente a primeira utilização técnica do vocabulário *empírico*. Foi daí que deram o nome ao médico grego do século II-III, Sexto Empírico, principal figura da escola cética desse período. Que características tinham os empíricos e os teóricos? Para isso, é preciso apresentar, antes, as escolas médicas gregas de Cós, Cnido e, posteriormente, as dos racionalistas e empiristas.

CÓS E CNIDO

Os conceitos que orientavam a prática médica eram significativamente diferentes nas escolas médicas de Cós e de Cnido, apesar de sua proximidade geográfica. Não há consenso entre historiadores da medicina sobre se havia entre essas escolas litígios conceituais ou grandes trocas de ideias, de modo a se tornarem complementares (LYONS; PETRUCCELLI, 1997; SOUZA, 1996). Com respeito aos pontos de divergência, o principal é o modo de conceber a medicina.

Na escola de Cnido, procurava-se *distinguir as doenças*, umas das outras, pelos sintomas apresentados e *relacioná-las com os órgãos atingidos*. Uma vez que fossem conhecidas as doenças e descobertas as maneiras de tratar cada uma delas, a medicina poderia ser ensinada e aprendida como

3 Plural de *empeirikós*, que significa experiente, experimentado.

4 Plural de *logikós*, que significa concernente a palavra, a razão, lógico.





ciência. Na escola de Cós dominava, pelo contrário, o conceito de doença como *afecção geral do organismo*, e não de um órgão em particular. Entendiam que seria vão distinguir as doenças pelos sintomas, porque estes variam constantemente no decorrer da mesma doença. Cada dia o paciente teria uma “nova doença” e o número de doenças seria infinito. A doença é uma abstração, e o doente o problema real. A medicina não pode deixar de ser arte de tratar o homem enfermo, segundo as normas ditadas pela experiência e guiadas pela observação minuciosa e esclarecida, de cada caso concreto, sempre considerando o maior número possível de variáveis – o vento, a temperatura, a qualidade das águas. A dificuldade de fechar o diagnóstico levava ao foco no prognóstico (contínua observação após implementação da terapia).

A escola de Cós ganha força representativa com a figura de Hipócrates, cujo reconhecimento era absoluto. Hipócrates de Cós (460-377 a.C.), chamado de o Pai da Medicina, foi responsável pelo maior volume de investigação médica da antiguidade. De acordo com Lyons e Petrucelli, são quatro os princípios do método hipocrático: 1) *Observar tudo*: com Hipócrates a medicina não pode ser considerada estritamente técnica, mas ser “acompanhada de abundante observação e técnica” (HIPÓCRATES, 1987, capítulo IV). É bom lembrar que a palavra grega para *observação* é *theoria* e para técnica é *téchnê*, termo também traduzido por arte. A técnica decorria dos procedimentos estabelecidos a partir dos casos clínicos; a observação era compreendida como a mobilização de todos os sentidos para a construção do diagnóstico. 2) *Estudo do paciente, em vez da enfermidade*: a escola hipocrática se preocupava mais com o paciente do que com a enfermidade, já que “as constituições individuais são diferentes” (HIPÓCRATES, 2002, texto 62). Observava-se o estado geral do enfermo e, talvez por esta razão, não se encontra entre os hipocráticos de Cós uma classificação das enfermidades. 3) *Avaliação honesta*: não há registro de que esses médicos antigos tivessem de omitir dados sobre a natureza e decurso de uma doença, ou seja, se havia expectativa ou não de melhora. 4) *Ajudar a natureza*: partindo do pressuposto que a doença é um desequilíbrio do funcionamento do organismo, cabia ao médico estabelecer a ordem natural, atendendo à máxima de Hipócrates – “A natureza é o médico das doenças”. Hipócrates, *Conhecer, cuidar, amar*, texto 23. Mas não se





deve perder de vista o fato de que se conjugam em operação a observação racional e a experiência, como assevera Hipócrates:

No tempo está a ocasião e na ocasião um breve tempo. A cura se faz com tempo, às vezes também com a ocasião. Aquele que sabe disso deve, para praticar a medicina, apegar-se não em primeiro lugar à probabilidade do raciocínio mas à experiência baseada na razão. O raciocínio é uma espécie de memória sintética daquilo que foi captado pela sensibilidade. A sensibilidade, estimulada em primeiro lugar e mensageira dos materiais para a inteligência, tem uma clara representação; a razão, sempre recebendo, observando por que, quando e de que modo, guardando tudo para si, rememora. E louvo também o raciocínio, se ele tomar como ponto de partida o acontecimento e conduzir a dedução de acordo com os fenômenos. Pois se o raciocínio tomar como ponto de partida o que é manifesto, encontrar-se-á no domínio da inteligência que recebe tudo das coisas. É preciso crer que a natureza é mutável e apreendida por diversas e numerosas coisas, sob a ação de uma força necessária. (HIPÓCRATES, 2002, texto 44).

Os conceitos hipocráticos fundamentais – observação, comparação, franqueza e naturalidade – indicam um modelo de fazer medicina, próximo ao de ciências em Aristóteles. No fundamento está o princípio da relação lógica entre causa e efeito, próprio das ciências teóricas – ou de observação –, pois tomam como investigação o curso natural dos fenômenos. As ciências práticas, ou técnicas, são aquelas cujos objetos são produzidos pelo homem, por criação ou imitação. Para Aristóteles, as ciências primeiras são teóricas, pois buscam a relação do efeito com uma causa primeira.

O método hipocrático tem como ponto de partida a observação, ou seja, o componente *teórico* do processo. Como demonstrado pelo passo anterior, conjuga-se observação racional com experiência. Temos como exemplo a reunião entre conhecimentos teóricos, por observação e generalização, e conhecimentos práticos, tidos como efeitos das doenças e das reações das medicações administradas. Podemos dizer isso de outro modo: suas indicações relacionais criam um esquema de interpretação que toma como princípio que o sintoma é efeito de um desequilíbrio orgânico. A in-





tervenção médica (re)equilibra esses componentes. Assim, pode-se afirmar que o modelo empírico, atribuído a Hipócrates e Aristóteles, é, em sua base, teórico, pois cria um sistema de interpretação que permite observar os sintomas relacionados com as condições de vida do enfermo. O princípio da relação entre causa e efeito funciona da mesma forma.

AS ESCOLAS RACIONALISTA E EMPÍRICA

A continuação da escola hipocrática, já no século II da era cristã, foi a denominada por *dogmática*, também chamada de racionalista (ou *logikoi*). Esta escola é um desdobramento do pensamento hipocrático.

As doutrinas e conceitos do mestre de Cós continuaram a ser aceitos e até (o que foi pior) acatadas como sentenças definitivas, “dogmaticamente”. Perdido pouco a pouco o gosto e o interesse pela indagação independente e original, as discussões estereis sobre as palavras e os conceitos de Hipócrates iam afastando cada vez mais os médicos do *espírito* que as ditara, de tal modo que os *dogmáticos* (também chamados de *logicistas* ou *racionalistas*) puderam ser apelidados de os fariseus da medicina. (SOUZA, 1996, p. 68).

A postura dogmática desta escola se dá pelo modo como trata os conhecimentos hipocráticos. Entendiam, de certo modo, que a ciência médica estivesse pronta e acabada, não sendo mais necessário ir além do domínio do conteúdo do mestre Hipócrates. Exercer a medicina seria o mesmo que aplicar racionalmente os princípios do médico de Cós. Estes princípios eram aceitos e acatados dogmaticamente, fazendo com que o gosto pela investigação independente e original fosse perdido aos poucos. Detinham-se em estereis discussões acerca das afirmações de Hipócrates, sobre como melhor interpretar e aplicar suas palavras e conceitos. Isso foi a porta de entrada da especulação na medicina, à medida que a comprovação experimental deixou de ocupar lugar de importância ao lado da observação racional. Foi coibido o princípio do uso da razão e da sensibilidade.





Contudo, o espírito dogmático não criou adeptos apenas entre os racionalistas. Uma corrente de pensamento médico que surgiu em Alexandria, chamada por empirismo, tinha a mesma postura. Ela surgiu como reação contra o dogmatismo teorizante da escola racionalista. O que o médico precisa conhecer é aquilo que cura ou afasta as doenças, e não aquilo que as causa. Substituíram os intermináveis debates sobre as palavras e conceitos de Hipócrates – principalmente sobre os conceitos de anatomia e fisiologia – para lançar-se em experimentos que prescreviam medicamentos, muitas vezes absurdos ou repugnantes. O ponto central era saber se fazia bem ou mal, por ensaio e erro. Para este grupo, a importância do ato médico se limitava aos resultados obtidos com o tratamento, não dando importância às possíveis causas da enfermidade. Pensava-se que a experiência do médico, diante dos sintomas apresentados pelo paciente, é o que orienta acerca das possibilidades de êxito e de qual a forma mais efetiva de tratamento de cada enfermidade.

Tanto na escola racionalista quanto na empírica se assumiam como detentoras da verdade última dos atos médicos, seja pela disposição racional em interpretar as causas últimas das doenças, seja pela determinação da experiência nos tratamentos.

OS CÉTICOS EMPÍRICOS

Uma terceira escola despontou no século II, que foi a escola dos céticos empíricos, conhecida por *Escola Metódica*, tendo significativa influência em Sexto Empírico, de quem trato aqui.

Sexto Empírico era médico grego. Sua crítica era dirigida a racionalistas e empíricos. Em ambos, censurava o dogmatismo das conclusões. Extraía do ceticismo suas principais concepções. Pela orientação de Denis Huisman em seu *Dicionário dos Filósofos*, indico a seguir os traços particulares do ceticismo de Sexto Empírico: 1) *O fenomenismo*: o traço fundamental desse ceticismo é ser antimetafísico e empirista; tudo que se pode dizer das coisas é que elas nos afetam de alguma maneira. Assim afirma em *Hipotiposes* (1, 8): “o ceticismo é o método que consiste em opor





fenômenos e puras noções do espírito de todas as maneiras possíveis, para chegar, por meio da força igual das coisas e das razões opostas, primeiro à suspensão do juízo, depois à ataraxia⁵”. Chegava-se à suspensão do juízo por não se poder negar nem afirmar absolutamente nenhuma das doutrinas, nem mesmo a própria. Neste caso, o juízo era suspenso em favor da ausência de perturbações (ataraxia), com o fim de não encontrar nos debates e empenhos de provas as *causas últimas*, sejam lógicas sejam experimentais. Essa apatia diante dos dualismos deveria conduzir o espírito a: 2) *uma ética do senso comum*. À medida que não se envolve com a inquirição da verdade última, cada indivíduo se via liberado para o talento prático. Portanto, fazia-se uma apologia da vida comum, seguindo as indicações e sugestões dos sentidos e da inteligência, seguindo o impulso necessário das disposições humanas, as leis e costumes do país segundo os ditames práticos que permitissem exercer uma arte. Outro traço do pensamento de Sexto Empírico é 3) *uma postura crítica*, compreendida em razão da (i) *ausência de um critério definitivo* que permitisse distinguir entre o verdadeiro e o falso; a (ii) *crítica do sinal indicativo*, compreendendo aquele sinal que remete para além do fenômeno, diferente do que os estoicos chamavam de sinal comemorativo (exemplo: o relâmpago é sinal do raio) querendo dizer que não se pode conhecer o sinal sem o que ele quer dizer, abandonando qualquer esforço intelectual que leve a conhecer as coisas por si mesmas, em sua natureza ontológica; (iii) *crítica da noção de causa*, querendo com isso abandonar o dogmatismo físico mediante o exame da causa mais eficiente de todas, a causa primeira, ou Deus. Afinal, uma causa só pode ser concebida em razão de seu efeito, como polos de um processo compreensivo. Portanto, a causa não pode preceder o efeito, pois antes dele ela não é.

O ceticismo da escola de Sexto Empírico foi crítico do dogmatismo, ao mesmo tempo em que é apologista da vida comum. A terapêutica deveria ser reconhecida pela detecção de regularidades e na compreensão

5 Nos vocabulários céptico e estoico, ataraxia é o estado em que a alma, pelo equilíbrio e moderação na escolha dos prazeres sensíveis e espirituais, atinge o ideal supremo da felicidade: a imperturbabilidade. Dicionário Aurélio.





de seu curso natural, não havendo como descobrir as razões ocultas das doenças, da natureza ou dos comportamentos. Há tão somente fenômenos que podem ser relatados para uso de outros que porventura tenham interesses ou experimentem circunstâncias semelhantes, sem a garantia de que ocorrerá novamente, tal como se deu na experiência primeira.

O ceticismo empírico deu prevalência à noção comum. Ir para além do fenômeno significaria atingir um nível de realidade não contemplado pela linguagem. Ora, sem esquemas linguísticos não é possível dizer o que a coisa é, a não ser que recorramos ao uso de metáforas criativas que venham, com o tempo, a tornar-se móveis hermenêuticos. Não foi essa a opção dos céticos. Pretendiam seguir a natureza, ou seja, o que era comum, pois julgavam que bastaria como modelo interpretativo.

PODE-SE FALAR DE PESQUISA TEÓRICA E EMPÍRICA?

A questão que abriu este ensaio era se a distinção entre pesquisa teórica e empírica seria uma atualização do dualismo entre teoria e prática, posto entre os gregos desde o início de sua produção intelectual. De certo modo pode-se dizer que **sim**, já que, desde seu estabelecimento, a cultura grega distinguia os teóricos – preocupados com ideias de pouca utilidade para a prática – dos práticos, que, de certo modo, desprezavam a teoria. Se for mantida a distinção entre estes elementos, atualizam-se também os dualismos.

Por outro lado, pode-se dizer que **não**, uma vez que a história da filosofia criou argumentos que mostram a relação de identidade entre teoria e prática, como em Bacon, Leibniz e Kant, por exemplo, insistindo na ideia de que a prática sem teoria é cega, e a teoria sem prática é diletantismo.

Uma terceira possibilidade seria a dissolução da distinção entre estes componentes por meio da substituição dos sentidos convencionais dos termos. Mostrei que, pela pena de Pedro Demo, a distinção entre estes tipos de pesquisa reforça o dualismo. Afinal, pesquisas empíricas tomam a realidade em si mesma, destronando qualquer estabelecimento teórico mediante suas evidências. A pesquisa teórica, para Demo, é semelhante ao





debate escolástico medieval, que consistia no confronto entre ideias que fundamentem ou corrijam suas crenças. Por outro lado, esforços foram feitos no sentido de conciliar estes elementos. Que solução pode ser proposta?

Inicialmente, penso que se deve dissolver a distinção entre o que é teórico e empírico. Nietzsche afirma em um fragmento póstumo:

Teoria e prática. Amaldiçoada diferenciação, como se houvesse um impulso próprio para o conhecimento que, sem levar em conta questões de vantagens e prejuízos, avançasse cegamente na direção da verdade: e daí, separado disso, o mundo inteiro dos interesses *práticos*... Eu procuro mostrar, pelo contrário, quais os instintos que estiveram ativos por trás de todos esses teóricos *puros* – como todos eles avançaram fatalisticamente, sob o controle dos seus instintos, na direção de algo que *para eles* era “verdade”, para eles e *somente* para eles. A luta dos sistemas, inclusive a do escrúpulo gnosiológico, é uma luta de instintos determinados (formas da vitalidade, da decadência, das classes, das raças, etc.). (NIETZSCHE, fragmento póstumo da primavera de 1888, 14[142]).

O que o filósofo alemão procura argumentar é que não há conhecimento sem interesse prático, sem interesse *instintual*, ou seja, sem impulso pessoal que luta para apropriar-se do mundo, ou, na linguagem existencialista, sem projeto. Para Nietzsche, *teoria* se refere ao que o ocidente chamou de racional, isto é, uma operação lógica da razão que visa a esquadriñar os fenômenos ou objetos do mundo, submetendo-os a procedimentos mentais geométricos. Como já foi dito, afirma Nietzsche que “o assim chamado *instinto cognitivo* é explicável por uma *tendência de apropriação e de dominação*: de acordo com esse instinto foram desenvolvidos os sentidos, a memória, os instintos, etc...” (NIETZSCHE, fragmento póstumo da primavera de 1888, 14[142]). Então, não há produção teórica nesse sentido.

Por outro lado, a exemplo do que se pode ver no campo da moral, a distinção entre teórico e prático é perigosa por referendar a ideia de que quando uma ação é tomada resulta tão somente uma decisão racional, ou é tomada por seu valor prático, como se “a prática pudesse ser julgada conforme sua própria medida de valor” Nietzsche é contra isso:





(...) pergunto se conhecemos outro método para agir bem que não seja pensar sempre bem: este *é* uma *ação* (...). Será que temos uma faculdade para julgar o valor de um modo de vida de uma forma diferente da que julgamos o valor de uma teoria por meio da indução de da comparação?... Os ingênuos acreditam que nesse caso seríamos melhores, que nisso saberíamos o que é “bom” – e os filósofos o repetem. Concluímos que aqui existe uma *crença* e nada mais. (...) Não viver com duas medidas!... Não separar teoria e prática! (NIETZSCHE, fragmento póstumo da primavera de 1888, 14[107]).

Com isso, Nietzsche quer sustentar que não há nenhum dispositivo humano que supere, na linguagem humana, o hábito de comparar algo vivido com possibilidades futuras. Existe uma espécie de crença de que determinada prática será bem sucedida pela experiência de que foi um sucesso em algo experimentado. Em suma, as decisões práticas se apoiam em vivências adquiridas, e não em processos racionais ou teóricos. São tão somente habituais. Qualquer processo de inferência na determinação da prática tomará como referência de juízo o que já foi experimentado. O hábito nos leva a crer que se têm hipóteses *a priori*. Contudo, tudo o que temos é o costume com as soluções que nos são oferecidas pelas leituras e diálogo que prestamos com pesquisadores da mesma área.

É de pensar que, no limite, Nietzsche estaria defendendo a preponderância da prática sobre a teoria. Mas não é exatamente assim. Esta prática deve ser vista como aquilo que foi experimentado, aquilo que foi vivenciado, e não como aquilo que se infere como possibilidade prática a partir de um raciocínio lógico. Se não foi vivenciado, não será conhecido. Com isso, o sentido do que se chama de pesquisa teórica e pesquisa prática toma conotação bem diversa das compreensões estabelecidas. E, é claro, constituem-se em polêmicas.

Inicialmente, pode-se entender como pesquisa empírica aquela que foi submetida a um processo experimental. No caso das ciências naturais, cuja delimitação é posta pela coisa investigada, a experimentação é feita pela submissão do objeto a procedimentos empíricos com intuito de observar seu comportamento nesses ambientes artificialmente criados. A sucessão de experiências leva o pesquisador a crer que continuará se comportando do mesmo modo. Contudo, isso é apenas uma crença habitual.





Não há nenhum dispositivo técnico ou racional que garanta que aquilo que foi observado continuará reagindo do mesmo modo.⁶ As experiências vividas são reduzidas à memória como processo de incorporação, uma espécie de fagocitose.

Em segundo lugar, penso que se pode falar em experiência nas ciências humanas como aquelas pesquisas que colocam o investigador em navegação naquilo que é efetivo, ou em contato por vivência. Para aquilo que não é obtido por vivência, dirá Nietzsche, não se terá ouvidos para ouvir (NIETZSCHE, *Ecce Homo, Por que escrevo livros tão bons*, § 1). E aqui um limite profundo é posto, pois as pesquisas em ciências humanas, regidas por princípios positivistas – sustentadas a partir de coletas de dados e submetidas a tratamento estatístico – rigorosamente não nasceram de vivências. Logo, pela linha de raciocínio que estabeleci aqui, elas são tidas como teóricas.

Em terceiro lugar, penso que se pode falar em pesquisa empírica – principalmente em educação – somente àquelas que são vivenciadas pelo investigador no que toca à intervenção, participação, colaboração, ou seja, aquelas pesquisas que interpretam uma experiência vivenciada entre pesquisador e comunidade investigada.

6 Devemos ter em mente que para Nietzsche “Todo o aparelho de conhecimento é um aparelho de abstração e de simplificação, que visa o conhecimento, mais o domínio sobre as coisas” (Fragmento póstumo do verão ao outono de 1884, 26[61]). Como aparelho de simplificação, ele tende a reduzir aquilo que é efetivo para ser assimilado: “A nossa lógica, os nossos sentidos do tempo e do espaço são extraordinários poderes de redução com vista a exercer um comando” (Fragmento póstumo de abril a junho de 1885, 34[131]). Portanto, “A lógica fornece o modelo de uma ficção completa. Proceda-se aqui à invenção de uma maneira de pensar em que um pensamento é posto como causa de um outro pensamento. Não ocorre semelhante coisa na realidade, que é indescritivelmente mais complicada. (...) A experiência só é possível com o auxílio da memória; a memória só é possível graças à redução a signo de um processo intelectual. Explicação: consiste na expressão de uma coisa nova mediante o símbolo de coisas já conhecidas.” (Fragmento póstumo de abril a junho de 1885, 34[249]). Finalmente, “Conhecimento: trata-se da expressão de uma coisa nova através dos sinais de coisas já ‘conhecidas’, já experimentadas” (Fragmento póstumo de abril a junho de 1885, 38[2]).





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeira consideração: é preciso ter em mente que todo resultado de pesquisa é tão somente uma das perspectivas possíveis de ser sustentadas, e não a construção de um único saber que viria a calar todos os demais. As diversas teorias perspectivistas, construídas na história da filosofia ocidental moderna (KANT; HEIDEGGER; NIETZSCHE e outros), indicam que suas elaborações são construtos significantes, pois mantêm relação com aquele que investiga. Disso decorre a ideia de que são agenciadas interpretações acerca dos fenômenos e dos objetos, e não a regulação de uma coisa-sem-si, ao estilo platônico. Logo, a relação entre a teoria e a prática fica singularmente apresentada aqui: tanto uma como outra denotam perspectivas não estabelecidas hierarquicamente. Não há distinção entre elas, apenas a construção de perspectivas diferentes.

Segunda consideração: pode-se aprender com os modelos de pesquisa criados pelos médicos gregos. Como afirma Jaeger: “a Medicina grega só se tornou uma arte consciente e metódica sob a ação da filosofia jônica da natureza” (JAEGER, 1994, p. 1003). Essa origem histórica evidencia a identidade de nascimento destas áreas do conhecimento. Além disso, muitos dos termos usados por Aristóteles para discorrer sobre o campo ético, como “o conceito de excesso e de defeito, de ponto médio e de justa medida, o de visar (*otoxázesthai*) e do trato seguro (*áisthesis*), a recusa de uma regra absoluta e a exigência de uma norma adequada às características de cada caso concreto são termos e critérios tirados diretamente da Medicina, e certamente serviu-lhe até de modelo a obra *Da Medicina Antiga*” (JAEGER, 1994, p. 1032), escrita por Hipócrates. Como sabemos, para Aristóteles, conhecer cientificamente é “conhecer a causa pela qual a coisa é” (ARISTÓTELES, *Segundos Analíticos*, I, 2, 71b9-12), ao estilo geométrico; pois ele põe em mesmo nível a ciência geométrica com a ciência médica. (ARISTÓTELES, *Segundos Analíticos*, I 79a10-79a17 p. 129). Ora, se está em Aristóteles a fonte de um modelo científico ocidental, tendo em vista a influência recebida dos médicos gregos antigos, pode-se pensar em modelos de pesquisa originária das práticas investigativas dos médicos. E, nesse caso, a predominância da observação minuciosa e racional conjugada com a experiência sensível do curso dos





fenômenos observados. Logo, a distinção entre teoria e prática ficaria reduzida ao movimento conjugado entre estes elementos conceituais.

Terceira consideração: após o movimento hipocrático, o vigor da pesquisa médica foi retomado com Sexto Empírico, médico cético. Na leitura de Bréhier, em Sexto Empírico se encontra “a ideia positiva de um método empírico de conhecimento que traça as linhas de uma verdadeira lógica indutiva. Sexto Empírico insiste frequentemente no fato de que, quando não pretendemos investigar a realidade, nossos juízos são suficientes, aparentemente, para a vida ordinária” (BRÉHIER, 1948, I, p. 418). Ora, se nossos juízos comuns nos servem para a vida ordinária, teriam, igualmente, valor para a ciência. Isso é algo parecido com que afirma Boaventura de Sousa Santos que “a ciência pós-moderna procura reabilitar o senso comum por reconhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação com o mundo” (SANTOS, 1996, p. 55-56). Sem comprometer-me com o termo “pós-moderno”, sigo sua compreensão, a meu ver originária no ceticismo de Sexto Empírico, de que não se tem razão objetiva para negar as evidências da vida comum, ou seja, das vivências do cotidiano, que estão presentes em pesquisas e teorias de maneira mais contundente do que se possa admitir. Os desdobramentos dessa postura são: (a) a falta de dogmas, à medida que se deixa surpreender com as pesquisas que são feitas; (b) segue os fenômenos, isto é, não busca fundamentos últimos ou relações causais primeiras ao estilo de escrita metafísica; (c) segue a indicação da natureza e das necessidades corpóreas, pois, afinal, tudo o que se tem é um corpo e suas sensibilidades ao mundo.

Quarta consideração: a maior parte do que é chamado de pesquisa empírica talvez pudesse ser arrolada como teórica. Não se produz conhecimento sem um quadro teórico que lhe forneça um modelo mínimo de referência. Ao menos, essa é a reflexão de Claude Bernard, que estabeleceu o modelo de pesquisa nas ciências médicas do século XX. Em seu texto de 1865, intitulado *Introdução à Medicina Experimental*, afirmava que “uma ideia preconcebida sempre foi, e sempre será, o primeiro movimento de um espírito investigador. O método experimental, porém, tem como objetivo transformar esta concepção *a priori*, fundada sobre uma intuição ou um sentimento vago das coisas, em uma interpretação *a posteriori*,





estabelecida sobre o estudo experimental dos fenômenos” (BERNARD, 1978, p. 41). Essa ideia preconcebida é sustentada por um quadro teórico, resultado de observação atenta ao fenômeno. Ora, sabe-se que a observação, na etimologia grega, significa teoria. Logo, para pesquisa, partimos da teoria, ao menos na visão de Claude Bernard. Essa concepção é acompanhada por outro francês, Gérard Fourez, que afirma que “uma experiência só fornece resultados mediante interpretações teóricas” (FOUREZ, 1995, p. 75). A questão é que, por vezes, o que se encontra são descrições de observações, o que significa que ainda se mantém no âmbito teórico. Uma pesquisa empírica não se define pelo interesse por determinado fenômeno, mas pelo tratamento que a ele é dado. Também não se demarca uma pesquisa empírica pelo fato das observações serem apuradas por instrumentos ou entrevistas, questionários, gravações de vozes imagem, e outros. Estas observações são apresentadas para que seja feita uma espécie de meta-observação, isto é, uma teorização da observação. Costumamos chamar a coleta dos dados de empírica, o que foge absolutamente à tradição de pesquisa do ocidente. É certo que se vale do raciocínio indutivo, pois, se determinado tipo de resposta é frequentemente, se entende que se repetirá independentemente dos entrevistados que virão a seguir. Ou seja, a partir de casos particulares se fazem generalizações. A despeito do uso do raciocínio indutivo, a despeito da observação dos fenômenos, não há exercício de experimentação como componente fundamental da pesquisa empírica.

Quinta consideração: há muito é sabido que o fenômeno educativo é complexo o suficiente para se deixar aprender por modelos simplificados de pesquisa. Com isso, têm surgido modelos diversos de pesquisa educacional. Exemplos desses modelos estão presentes no livro organizado por Pimenta, Ghedin e Franco, *Pesquisa em educação: Alternativas investigativas com objetos complexos*. O livro seleciona experiências de pesquisa que recorrem a métodos alternativos diante da complexidade dos objetos que trataram. É comum encontrar nas pesquisas em educação modelos interpretativos de informações coletadas de situações que os pesquisadores julgam bastantes para justificar uma investigação. Apresentamos um quadro teórico, trazemos à tona o objeto a ser investigado, descrevemos suas feições e o analisamos. Chamamos isso de pesquisa empírica. Isso não me parece adequado, por conta do fato de que operamos apenas a observa-





ção, semelhantemente ao astrônomo que produz ciência pela observação. Se se entende pesquisa empírica como aquela que exige ação por parte do investigador, só se podem qualificar de empíricas aquelas pesquisas que exigem do pesquisador intervenção colaborativa no fenômeno que detém seu interesse. Ele faz intervenção, pois experimenta possibilidades. É colaborativa, pois tem de contar com outro sujeito de pesquisa.

Sexta consideração: o ponto que decorre do anterior é que as pesquisas em educação poderiam ter menos pudor em aproximar-se de modelos positivistas. Em nossos dias, denominar positivista é injúria grave. Um certo espírito maniqueísta colocou em luta o bem – geralmente chamado de pesquisa qualitativa – e o mal – designado por pesquisa quantitativa. Por isso se encontram, com certa frequência, trabalhos que prontamente se dizem quantitativos/qualitativos, pois, afinal, eles flertam com o quantitativo sem deixar de lado o qualitativo. Esse espírito maniqueísta parece ter afastado a pesquisa educacional de modelos experimentais. Por isso não é incomum encontrar trabalhos de pesquisa que se definem pouco de uma reportagem, pois pretendem apresentar os dados e analisá-los, mas se mantém a assepsia necessária que o “distancia” da realidade. Parece que isso tem tornado as pesquisas previsíveis e pouco surpreendentes. E que fique claro que quando designo uma pesquisa como experimental, chamo-a de intervenção colaborativa, se o desejo é manter a distinção entre pesquisa teórica e pesquisa empírica. Se esse dualismo não fizer sentido, penso que se pode abandonar esse vocabulário.





REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *The complete Works of Aristotle*. The Revised Oxford Translation. Edited by Jonathan Barnes. 1984 by The Jowett Copyright Trustees. Published by Princeton University Press, 41 William St., Princeton, New Jersey. In the United Kingdom: Princeton University Press, Oxford. Edição eletrônica preparada por *Past Masters Editors*.

BACON, Francis. *Novum Organum*. tradução e notas de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores).

BERNARD, Claude. *Introdução à Medicina Experimental*. Lisboa: Guimarães & Cia Editores, 1978.

BRÉHIER, Émile. *Historia de la Filosofia*. Tradução de Demetrio Náñez. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1948, 3. ed.

DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. *Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

FOUREZ, Gerard. *A construção das ciências*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1995.

HIPÓCRATES. *Conhecer, cuidar, amar. O juramento e outros textos*. Edição em francês de Jean Salem. Tradução para o português de Dunia Marino Silva. São Paulo: Landy Livraria Editora e Distribuidora Ltda., 2002.

_____. *De la medicina antigua*. Tradução de Conrado Eggers Lan. México: Universidad Autónoma de México, 1987.

HUISMAN, Denis. *Dicionário de obras filosóficas*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Dicionário dos filósofos*. Tradução de Claudia Berliner et al. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

JAEGER, Werner. *Paidéia. A formação do homem grego*. Tradução de Artur M. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1994, 3. ed.

KANT, Immanuel. *Teoría y Práctica*. Tradução de Juan Miguel Palacios, M. Francisco Pérez López y Roberto Rodríguez Aramayo. Madrid: Editorial Tecnos S.A., 1993.

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*; tradução de Fátima Sá Correia et al. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. *A Monodologia*. Tradução de Carlos Lopes de Mattos, Pablo Rubén Mariconda, Luiz João Baraúna e Marilena de Souza Chauí. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).





LIDDELL, Henry George. SCOTT, Robert. *A Greek-English Lexicon*. Revised and augmented throughout by Sir Henry Stuart Jones. with the assistance of. Roderick McKenzie. Oxford. Clarendon Press. 1940. In: www.perseus.tufts.edu.

LYONS, Albert S.; PETRUCCELLI, Joseph. *História da Medicina*. Tradução de Nelson Gomes de Oliveira. São Paulo: Editora Manole, 1997.

NIETZSCHE, Friedrich. *Obras diversas*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. *Obras incompletas*, coleção “Os Pensadores”. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 2. ed., 1978.

_____. *Oeuvres Philosophiques Complètes*, 14 tomos. Paris: Gallimard.

_____. *Werke. Historisch-kritische Ausgabe* (KSA). Edição eletrônica preparada por Malcolm Brown para PastMatters, baseada na edição organizada por Giorgio Colli e Mazzino Montinari, 15 volumes. Berlim: Walter de Gruyter & Co., 1994.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. *Pesquisa em educação. Alternativas investigativas com objetos complexos*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento, 1996, 8. ed.

SNELL, Bruno. *A cultura grega e as origens do pensamento europeu*. Tradução de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectivas, 2001.

SOUZA, Armando Tavares de. *Curso de História da Medicina. Das origens aos fins do século XVI*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, 2. ed., revista.

